



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EDITAL DE LICITAÇÃO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SOLUÇÃO INTEGRADA DE AUTOMAÇÃO DA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA UTILIZAÇÃO NA SECRETARIA E NAS COMARCAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS.

RETIRADA DE EDITAIS PELA INTERNET

www.tjmg.jus.br

Senhor Fornecedor:

Caso deseje receber informações a respeito do andamento desta licitação, fineza preencher os dados abaixo e encaminhá-los pelo endereço: gecomp.coali@tjmg.jus.br ou pelo telefax (31)3224-2816.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/09

Razão Social:

Endereço:

Contato:

Fone:

Fax:

e-mail:

O edital constante dos autos prevalecerá sobre o disponibilizado na Internet, caso haja divergências entre eles.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS****Requisitante:** Gerência de Sistemas Administrativos Informatizados – GESAD**Objeto:** Aquisição de Solução Integrada de Automação da Gestão de Recursos Humanos para utilização na Secretaria e nas Comarcas do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.**LICITAÇÃO Nº 041/09****PROCESSO Nº 704/09****PREGÃO PRESENCIAL****DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 05.11.2009 às 09:00 horas**

Local: Rua dos Timbiras nº 1.802 – Belo Horizonte – MG.

Pregoeiro: Henrique Esteves Campolina Silva

Equipe de apoio: Maria Luiza Vecchi Prates Lima
Helena Lima de Franco
Amauri José de Souza
Marcelo Amaro

Técnico de apoio: Márcio Henrique C. d'Ávila

Pregoeiro e Equipe de Apoio designados pela Portaria nº. 2.271 de 19.12.2008

SUMÁRIO

PREÂMBULO	3
1. OBJETO	3
2. DA VISITA TÉCNICA	3
3. DA PARTICIPAÇÃO.....	3
4. DO CREDENCIAMENTO.....	4
5. DA PROPOSTA.....	4
6. DA SESSÃO DO PREGÃO	5
7. DA HABILITAÇÃO	6
8. DO RECURSO.....	8
9. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO.....	9
10. DOS PROCEDIMENTOS PARA CONTRATAÇÃO.....	9
11. DO CONTRATO	9
12. DOS PRAZOS, CONDIÇÕES E LOCAIS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	10
13. DO PAGAMENTO	10
14. DA GARANTIA CONTRATUAL	12
15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	12
16. DAS SANÇÕES APLICÁVEIS	12
17. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL.....	13
18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	13

Os anexos constantes do item 18.11 deste Edital estão em arquivos separados

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Requisitante: Gerência de Sistemas Administrativos Informatizados – GESAD
Objeto: Aquisição de Solução Integrada de Automação da Gestão de Recursos Humanos para utilização na Secretaria e nas Comarcas do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

LICITAÇÃO Nº 041/09**PROCESSO Nº 704/09****PREÂMBULO**

O Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais torna público aos interessados que, promoverá a presente licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, cuja sessão pública com abertura das propostas ocorrerá no **dia, hora e local** já mencionados, regida pela Lei Federal nº. 10.520 de 17.07.2002, pelas Leis Estaduais nº. 13.994 de 18.09.2001, nº. 14.167 de 10.01.2002, pelos Decretos Estaduais nº. 44.786 de 18.04.2008, nº. 44.431 de 29.12.2006 e suas alterações posteriores, pela Lei Complementar nº. 123 de 14.12.2006, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666 de 21.06.1993, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto neste Edital, destinada a selecionar a proposta mais vantajosa, pelo critério de julgamento do **menor preço global**.

1. OBJETO

Aquisição de Solução Integrada de Automação da Gestão de Recursos Humanos para utilização na Secretaria e nas Comarcas do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, conforme especificações técnicas contidas no [Anexo I](#) – Termo de Referência e demais anexos desse Edital.

2. DA VISITA TÉCNICA

2.1. Além do conhecimento pleno da íntegra deste edital, o Licitante deverá **obrigatoriamente** visitar o local determinado pelo Tribunal, quando do agendamento, para inteirar-se das condições e grau de dificuldades existentes e receber demais esclarecimentos necessários para a elaboração da proposta e futura execução dos serviços.

2.1.1. O licitante não poderá, em hipótese alguma, modificar o preço e/ou condições de sua proposta sob alegação de desconhecimento das condições de execução dos serviços ou de insuficiência de dados ou informações.

2.2. As visitas deverão ser agendadas junto à DIRFOR, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis anteriores à sessão do pregão, através do telefone (31) 3237-6359, e deverão ocorrer, no máximo, até às 17 horas do último dia útil anterior à sessão do pregão.

2.2.1. Em casos excepcionais, desde que devidamente justificado, esse prazo de agendamento poderá ser negociado entre as partes, desde que observado o prazo máximo acima previsto.

2.3. O licitante deverá nomear, expressamente, por meio de Carta de Apresentação, um representante para realizar a visita técnica e receber o Termo de Vistoria que será fornecido pela DIRFOR. Essa carta de apresentação deverá conter:

- I. Identificação da empresa (nome, razão social, CNPJ, endereço);
- II. Identificação do representante (nome, cargo, CPF, documento de identidade);
- III. Identificação do representante da empresa, responsável pela assinatura da referida carta (nome, cargo, CPF, documento de identidade).

2.4. O representante nomeado deverá ser distinto e único para cada licitante.

2.5. Todos os custos relacionados à visita técnica serão de inteira responsabilidade do licitante.

3. DA PARTICIPAÇÃO

3.1. Somente poderão participar da presente licitação as pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto desta licitação que atenderem às exigências constantes deste Edital, inclusive quanto à documentação, que consiste em:

- a) Credenciamento junto ao Pregoeiro, devendo o interessado, ou seu representante, comprovar a existência dos necessários poderes para a formulação de propostas e para a prática dos demais atos inerentes ao certame;
- b) Declaração da licitante dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação;
- c) Proposta comercial em envelope lacrado, no qual deverão constar, na parte externa, a identificação da licitante e o número da licitação, além dos dizeres: **Envelope 01 – Proposta Comercial**;
- d) Documentos de habilitação em envelope lacrado, no qual deverão constar, na parte externa, a identificação da licitante e o número da licitação, além dos dizeres: **Envelope 02 – Habilitação**;
- e) Termo de Vistoria fornecido pela Diretoria Executiva de Informática (DIRFOR).

3.2. Não poderão participar da presente licitação:

- a) Consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;
- b) Empresas ou sociedades estrangeiras;
- c) Pessoas físicas ou jurídicas que estiverem suspensas de participar em licitação e impedidas de contratar junto a qualquer órgão da Administração Pública Estadual;
- d) Pessoas físicas ou jurídicas que estejam declaradas inidôneas para licitar ou contratar junto a qualquer órgão da Administração Pública Estadual, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- e) Pessoas físicas ou jurídicas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;
- f) Pessoas físicas ou jurídicas que incidirem no estipulado no art. 9º da Lei nº 8.666/93.

3.3. A participação no certame implica a aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. No dia, hora e local estabelecidos neste Edital, o proponente deverá comprovar que detém poderes para a formulação de propostas e para a prática dos atos relativos ao certame, apresentando-se junto ao Pregoeiro munido de documento que o habilite, podendo utilizar-se, para tanto, do modelo de credenciamento do [Anexo VI](#).

4.2. O representante a ser credenciado deverá ser distinto e único para cada licitante e comparecerá à sessão, munido de documento de identidade e procuração pública ou particular com firma reconhecida. Caso a procuração seja por instrumento particular, deverá ser juntado o Contrato Social ou documento equivalente que comprove os poderes do outorgante.

4.3. Caso o credenciado seja sócio ou dirigente da licitante, é indispensável que se comprove, na ocasião, ser detentor de poderes que o habilitem a formular lances e praticar todos os demais atos inerentes ao certame, em nome do proponente.

4.4. O licitante enquadrado na condição de microempresa – ME ou empresa de pequeno porte – EPP que desejar obter os benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar nº 123/06 e disciplinados no Decreto Estadual nº 44.630/07 deverá declarar ou comprovar tal condição, quando do seu credenciamento, sob pena de preclusão do direito.

4.5. Será realizada consulta junto ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP para verificação dos impedimentos.

4.6. A ausência de credenciamento não excluirá o licitante do certame, mas importará a preclusão do direito de formular lances na sessão, na renúncia ao direito de interposição de recursos e a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

5. DA PROPOSTA

5.1. A proposta comercial **deverá** ser elaborada conforme modelo ([Anexo III](#) e [Anexo III-A](#)) deste Edital, obedecidas as disposições do Termo de Referência ([Anexo I](#)).

5.2. Os preços unitário e total deverão ser cotados em moeda corrente do País, em algarismos, com 2 (duas) casas decimais após a vírgula, para todos os itens que compõem a proposta;

5.2.1. O preço total proposto importará na multiplicação dos preços unitários pelos quantitativos estimados para a contratação de cada item.

5.2.2. Ocorrendo divergência entre o preço unitário e o preço total, prevalecerá o valor do preço unitário.

5.3. O prazo de validade da proposta será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão pública.

5.4. Consideram-se incluídas na proposta todas as despesas necessárias à execução do objeto, como tributos, encargos sociais, trabalhistas, seguros e outros ônus que porventura possam recair sobre a prestação do serviço da presente licitação, os quais ficarão a cargo exclusivamente da licitante vencedora.

5.5. A proposta não poderá impor condições ou conter opções.

5.6. A Administração não se responsabilizará por envelopes que não sejam entregues ao Pregoeiro designado, no local, data e horário definidos neste Edital.

5.7. Após a abertura das propostas, não será admitido cancelamento, inclusão ou exclusão de documentos, retirada da proposta ou alteração nas suas condições, ficando a licitante sujeita à suspensão ou cancelamento do seu registro, de acordo com as previsões legais, além da inclusão no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual, instituído pela Lei nº. 13.994 de 18.09.2001.

5.8. Falhas meramente formais poderão, após a análise, serem sanadas pelo Pregoeiro, desde que não caracterizem tratamento diferenciado em relação aos demais licitantes.

6. DA SESSÃO DO PREGÃO

6.1. No dia, hora e local estabelecidos neste Edital, será realizada sessão pública para recebimento dos envelopes, devendo o interessado, ou seu representante, identificar-se e comprovar a existência dos poderes necessários para a formulação de proposta e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

6.1.1. Após o credenciamento das participantes o pregoeiro declarará aberta a sessão e receberá das licitantes:

- a) Declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, conforme modelo do [Anexo VII](#);
- b) Termo de vistoria fornecido pela DIRFOR;
- c) Envelopes de Proposta Comercial e Habilitação.

6.1.2. A apresentação da proposta vinculará o seu autor a todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

6.1.3. Declarada aberta a sessão pública, não serão credenciadas novas licitantes.

6.1.4. Em seguida, dar-se-á início a abertura dos envelopes de propostas comerciais para classificação.

6.2. Da Classificação das Propostas:

6.2.1. Após abertas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade das mesmas, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

6.2.2. Será declarada classificada, pelo Pregoeiro, a proposta da licitante que ofertar o menor preço, conforme critério de julgamento indicado no preâmbulo deste Edital, bem como as propostas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, obedecendo ao item 5.

6.2.3. Não havendo pelo menos três propostas nas condições definidas no item anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de três.

6.3. Dos Lances:

6.3.1. O Pregoeiro convidará as licitantes classificadas, individualmente e de forma seqüencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

6.3.2. Poderão ser ofertados lances intermediários, na hipótese do ofertante declarar impossibilidade de cobrir o menor preço, que ficarão registrados em ata e servirão, inclusive, para definir a ordenação das propostas, após concluída a etapa de lances.

6.3.3. A critério do Pregoeiro, poderá ser acordado entre as licitantes participantes da etapa de lances, valor de redução ou percentual mínimo entre os mesmos e tempo máximo para sua formulação.

6.3.4. Dos lances ofertados não caberá retratação.

6.3.5. Caso o sistema informatizado de realização do pregão não defina automaticamente a classificação de propostas iniciais com preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

6.3.6. A desistência em apresentar lance verbal implicará a exclusão da licitante da continuidade da etapa de lances e a manutenção do último preço apresentado, para efeito de posterior ordenação das propostas.

6.3.7. O encerramento da etapa de lances dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, todas licitantes classificadas manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

6.3.8. Se não forem ofertados lances verbais, será verificada a conformidade entre a melhor proposta escrita, ainda que seja a única formulada, e o valor praticado no mercado, podendo o Pregoeiro negociar diretamente com a proponente.

6.3.9. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por ME ou EPP e houver proposta apresentada por ME ou EPP até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, estará configurado o empate previsto no art. 44, § 2º, da Lei Complementar nº. 123 de 14.12.2006.

6.3.9.1. Ocorrendo a hipótese acima, proceder-se-á da forma descrita nos artigos 44 e 45 da referida Lei.

6.3.10. Caso entenda necessário, o Pregoeiro solicitará a licitante a demonstração detalhada da composição de sua oferta, através de apresentação de planilha, que deverá ser elaborada e encaminhada nos termos dos incisos XV a XVIII do art. 12 do Decreto 44.786/2008, conforme prazo estipulado na própria sessão.

6.3.11. Ocorrendo alteração do valor da proposta escrita, a licitante declarada vencedora deverá reapresentar, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após encerrada a sessão pública, proposta de preços com os valores readequados.

6.3.12. Para fins de adequação dos valores unitários da proposta comercial, o licitante deverá observar o disposto no inciso IV do art. 6º do Decreto Estadual nº. 44.786/08.

7. DA HABILITAÇÃO

7.1. Encerrada a etapa competitiva, o Pregoeiro procederá à análise da documentação constante do envelope de habilitação da licitante detentora da proposta de menor preço, para a verificação do atendimento às condições fixadas neste Edital. Para a habilitação, a licitante deverá apresentar:

7.1.1. Documentos referentes à Habilitação Jurídica:

- a) Para empresário individual: registro comercial;
- b) Para sociedades por ações: última ata de eleição de seus diretores registrada na Junta Comercial e cópia do Estatuto arquivado na Junta Comercial;
- c) Para Sociedade empresárias ou não empresárias: cópia do contrato social e última alteração contratual;
- d) CPF e Cédula de Identidade do proprietário, diretores ou sócios, caso estes não constem relacionados nos documentos acima.

7.1.2. Documentos referentes à Regularidade Fiscal:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com objeto contratual;
- c) Certidão conjunta de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União Junto à Receita Federal do Brasil;
- d) Certificado de regularidade perante o fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS), emitido pela Caixa Econômica Federal;
- e) Certidão negativa de débito – CND, com o Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS);
- f) Certidão negativa da Fazenda Estadual (em cumprimento à Lei Estadual 14.167/02, art. 9º XII).

7.1.3. Declarações e Documentos Complementares:

- a) Declaração de cumprimento ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição da República, conforme [Anexo VIII](#) deste Edital;
- b) Declaração de que a licitante possui instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, conforme [Anexo IX](#) deste Edital.

7.1.4. Documentos referentes à Qualificação Técnica:

7.1.4.1. Capacidade Técnico-operacional:

- a) **Atestado 1** – Atestado(s) de capacidade técnico-operacional (conforme [Anexo IV](#)), fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove ter a licitante **implantado** (ou estar implantando), no órgão ou empresa emitente do atestado, um sistema integrado de gestão de recursos humanos, abrangendo no mesmo atestado, no mínimo o módulo Folha de Pagamento com processamento mensal de, no mínimo 3.000 (três mil) funcionários ativos do emitente.
- b) **Atestado 2** – Atestado(s) de capacidade técnico-operacional (conforme [Anexo IV](#)), fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove ter a licitante **implantado** (ou estar implantando), no órgão ou empresa emitente do atestado, um sistema integrado de gestão de recursos humanos que contemple no mínimo as principais funcionalidades especificadas para os módulos de Registro de Pessoal, Apuração de Frequência e Folha de Pagamento no item Visão Geral da Solução do Termo de Referência. Serão admitidos atestados complementares quando os módulos estiverem implantados em empresas diversas, desde que as funcionalidades do módulo sejam atendidas integralmente em um único atestado.
- c) **Atestado 3** – Atestado(s) de capacidade técnico-operacional (conforme [Anexo IV](#)), fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove ter a licitante **implementado** (ou estar implementando), no órgão ou empresa emitente(s) do(s) atestado(s), um sistema integrado de gestão de recursos humanos abrangendo, no mesmo atestado, os módulos Registro de Pessoal, Apuração de Frequência, Folha de Pagamento e, no mínimo, mais 3 (três) dos seguintes módulos: Atendimento ao Servidor, Avaliação de Desempenho, Avaliação de Sentenças, Banco de Talentos, Concursos, Estagiários, Formação Institucional, Saúde Ocupacional.

7.1.4.2. Capacidade Técnico-profissional:

- a) **Atestado 1** – Atestado de capacitação técnico-profissional (conforme [Anexo IV](#)), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante possui em seu quadro, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior que tenha atuado como GERENTE DE PROJETOS em projeto de **implementação** de sistema informatizado. O profissional relacionado no atestado deverá obrigatoriamente integrar a equipe técnica prevista no item “Da Equipe Técnica” – item 15 do Termo de Referência, exercendo o perfil de Gerente de Projetos.
- b) **Atestado 2** – Atestado de capacitação técnico-profissional (conforme [Anexo IV](#)), fornecido por

pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante possui em seu quadro, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior que tenha atuado em levantamento de requisitos e análise de sistemas integrados de gestão de recursos humanos, abrangendo o módulo de Registro de Pessoal. O profissional relacionado no atestado deverá obrigatoriamente integrar a equipe técnica prevista no item “Da Equipe Técnica” – item 15 do Termo de Referência exercendo o perfil de Analista de Sistemas de Registro de Pessoal.

- c) **Atestado 3** – Atestado de capacitação técnico-profissional (conforme Anexo IV), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante possui em seu quadro, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior que tenha atuado em levantamento de requisitos e análise de sistemas integrados de gestão de recursos humanos abrangendo o módulo de Apuração de Freqüência. O profissional relacionado no atestado deverá obrigatoriamente integrar a equipe técnica prevista no item “Da Equipe Técnica” – item 15 do Termo de Referência exercendo o perfil de Analista de Sistemas de Apuração de Freqüência.
- d) **Atestado 4** – Atestado de capacitação técnico-profissional (conforme Anexo IV), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante possui em seu quadro, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior que tenha atuado em levantamento de requisitos e análise de sistemas integrados de gestão de recursos humanos abrangendo o módulo de Folha de Pagamento. O profissional relacionado no atestado deverá obrigatoriamente integrar a equipe técnica prevista no item “Da Equipe Técnica” do Termo de Referência exercendo o perfil de Analista de Sistemas de Folha de Pagamento.

7.1.5. Documentos referentes à Qualificação Econômico-financeira:

- a) Certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social - 2008, exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

b.1) serão considerados aceitos, na forma da lei, o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis, assim apresentados:

- I. sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima): publicados em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação, ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do fornecedor.
- II. sociedades empresárias e sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL): fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do fornecedor ou em outro órgão equivalente, ou fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis, devidamente registradas ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio do fornecedor;
 - II.1. No caso de pequenas empresas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, o balanço patrimonial poderá ser substituído pela Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica do último Exercício;
- III. sociedade criada no exercício em curso: fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do fornecedor;
- IV. o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão conter assinatura do responsável da empresa e do profissional de contabilidade habilitado e devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
- V. a boa situação financeira será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas a seguir e não poderão ser inferiores a 1 (um):

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$SG = \frac{\text{..... ATIVO TOTAL.....}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

V.1. as fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço.

- a) Comprovação de possuir, até a data da publicação deste Edital, **patrimônio líquido no valor**

mínimo de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais).

7.2. Os documentos relacionados no item **7.1.1, 7.1.2 e 7.1.5** poderão ser substituídos pelos Certificados abaixo, em vigor na data da realização do Pregão, desde que expressamente indicados no referido cadastro.

- a) pelo Certificado de Registro Cadastral emitido pelo Cadastro Geral de Fornecedoros do Estado de Minas Gerais – CAGEF; e/ou
- b) pelo Certificado emitido pelo SICAF, em vigor na data da realização do Pregão, desde que expressamente indicados no referido cadastro;

7.2.1. No caso de não constar dos mencionados cadastros quaisquer documentos exigidos nos subitens citados acima, o licitante deverá incluí-los no envelope de habilitação.

7.2.2. Se os documentos relacionados no item **7.1.1, 7.1.2 e 7.1.5**, indicados nestes cadastros, estiverem com os prazos vencidos, deverão ser apresentados documentos vigentes, no envelope de habilitação.

7.3. Para fins de habilitação, é facultada ao Pregoeiro a verificação das informações e o fornecimento de documentos que constem de sítios eletrônicos de órgãos e entidades das esferas municipal, estadual e federal, emissores de certidões, devendo tais documentos serem juntados ao processo.

7.3.1. A possibilidade de consulta prevista no *caput* não constitui direito da licitante e a Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos no momento da diligência, hipótese em que, em face do não saneamento das falhas constatadas, o licitante será declarado inabilitado.

7.4. As licitantes apresentarão documentos em cópias legíveis, autenticadas no cartório competente ou por servidor designado para o pregão.

7.5. Documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para a língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, e devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

7.6. Os documentos encaminhados para habilitação deverão estar em nome da licitante e, preferencialmente, com o número do CNPJ e o respectivo endereço, inclusive para os casos de documentações de estabelecimentos matriz ou filial, exceto aqueles somente emitidos em nome da matriz.

7.7. As ME e EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

7.7.1. Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal das ME e EPP, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial ocorrerá na sessão pública, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização.

7.7.2. A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao Pregoeiro.

7.7.3. Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado dentro dos dois dias úteis inicialmente concedidos.

7.7.4. A não regularização da documentação fiscal, no prazo previsto neste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.8. Todos os documentos deverão ter vigência até o dia previsto para a realização do pregão, sendo que, na hipótese de inexistir nos documentos prazo expresso de sua validade, reputar-se-ão válidos por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

7.9. Se o detentor da melhor proposta desatender às exigências previstas neste título, será inabilitado e o Pregoeiro examinará as ofertas subsequêntes e a qualificação da licitante seguinte, na ordem de classificação, até a seleção daquela que atenda ao Edital, e cujo ofertante, uma vez preenchidas as condições de habilitação, será declarado vencedor.

7.10. Verificado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, a licitante será declarada vencedora.

7.11. O licitante obriga-se a declarar a superveniência de fato impeditivo da habilitação, observadas as penalidades cabíveis.

7.12. O Tribunal manterá em seu poder, por meio da Gerência de Compra de Bens e Serviços – GECOMP, os envelopes de habilitação dos demais licitantes, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, após a homologação da licitação, devendo as licitantes retirá-los após este período, sob pena de inutilização dos mesmos.

8. DO RECURSO

8.1. Declarado o vencedor qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata.

8.1.1. Aos licitantes que manifestarem a intenção de recorrer, será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso;

8.1.2. Os demais licitantes, independentemente de intimação, será concedido igual prazo para apresentação de contra-razões, o qual começará a contar a partir do término do prazo concedido ao recorrente.

8.2. O encaminhamento das razões e eventuais contra-razões deverá ser feito por escrito e protocolizado no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, na Rua dos Timbiras, 1802, Bairro Centro – Belo Horizonte/MG, das 8:00 às 18:00h.

8.3. O licitante poderá apresentar as razões do recurso na própria sessão do pregão, as quais serão reduzidas a termo pelo Pregoeiro na respectiva ata.

8.4. Após o término da sessão será assegurada vista imediata dos autos a todas licitantes.

8.5. Os recursos serão dirigidos ao Pregoeiro, que reconsiderando ou não a sua decisão, os encaminhará devidamente informados, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, à Diretoria-Executiva da Gestão de Bens, Serviços e Patrimônio – DIRSEP.

8.6. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante, quanto ao resultado do certame, importará a decadência do direito de interposição de recurso.

8.7. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

9.1. Será lavrada ata circunstanciada da sessão pública do pregão com o registro das licitantes credenciadas, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, dos preços ofertados, da análise dos documentos de habilitação e dos recursos interpostos além de outros registros pertinentes.

9.2. O procedimento de adjudicação é atribuição do pregoeiro, se não houver recurso, ou, havendo, da autoridade competente do TJMG, que também procederá à homologação do certame.

10. DOS PROCEDIMENTOS PARA CONTRATAÇÃO

10.1. Após a homologação a empresa será convocada para assinar o Contrato, **no prazo de 5 (cinco) dias**, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração, devendo, para tanto, apresentar os documentos abaixo discriminados:

- a) Declaração indicando o nome do representante da empresa, responsável pela gestão do contrato, juntamente com o endereço, telefone, fax, e-mail, etc.
- b) Termo de Confidencialidade, conforme modelo constante do Anexo V do Edital, assinado por seu representante legal;

10.2. Caso o adjudicatário se recuse a assinar o contrato no prazo estabelecido, serão convocados os licitantes remanescentes, conforme o disposto no art. 9º, inc. 21 c/c inc. XIV e inc. XV da Lei Estadual nº 14.167 de 10 de janeiro de 2002.

10.3. O desatendimento de quaisquer das exigências enumeradas no item 10.1 ou, o descumprimento da manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação ou, ainda, a recusa injustificada do adjudicatário em assinar o termo contratual ou retirar o instrumento dentro do prazo estabelecido, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº. 8.666/93, facultando-se à Administração do TJMG convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, nos termos da legislação vigente.

11. DO CONTRATO

11.1. A contratação se efetivará por meio de Instrumento de Contrato, conforme [Anexo X](#) a ser firmado com a empresa vencedora, e suas condições são as constantes deste Edital e nos demais anexos.

11.2. O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei nº. 8.666 de 21.06.1993.

11.3. O recebimento do objeto se efetivará na forma prevista no art. 73, inciso I, da Lei nº. 8.666 de 21.06.1993, e nas disposições do Termo de Referência.

11.4. O prazo de vigência do contrato será de **41 (quarenta e um) meses** a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por acordo das partes, mediante Termo Aditivo.

11.4.1. O Tribunal se reserva o direito de, em qualquer ocasião, fazer alterações nos projetos ou nas especificações, que impliquem redução ou aumento de serviços, das quais resulte ou não correção do valor contratual, obedecido ao limite legal.

11.4.2. Quando, na execução do contrato, houver alterações do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos, a contratada levantará previamente todos os custos.

11.4.2.1. Após exame e aprovação do orçamento pelo Tribunal e celebração do devido termo aditivo, será emitida autorização escrita para a realização dos serviços.

11.4.3. Serão reconhecidas como alterações dos projetos ou das especificações somente aquelas feitas com autorização escrita do Tribunal.

11.5. A contratada não poderá, em hipótese alguma, caucionar ou utilizar o instrumento firmado com o Tribunal para qualquer operação financeira.

11.6. A contratação decorrente desta licitação poderá ser rescindida, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial, nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, sem que a contratada, por isso, tenha direito a qualquer reclamação ou indenização, salvo pelos serviços executados até o momento da rescisão.

11.7. A rescisão contratual provocada pela inadimplência da contratada acarretará aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº. 8.666/93, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal.

11.8. A Contratada deverá manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação técnica exigidas neste documento, devendo comunicar ao TJMG, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção da contratação.

11.9. Após a publicação do extrato do Contrato a Contratada terá o prazo máximo de 20 (vinte) dias para apresentação da Garantia conforme item 14 do Edital.

11.9.1. Comprovada a apresentação da garantia, será emitida Autorização de Início, fixando data para o início efetivo dos serviços.

11.9.1.1. O prazo para início dos serviços não poderá exceder 30 dias da publicação do extrato do Contrato.

12. DOS PRAZOS, CONDIÇÕES E LOCAIS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1. Os prazos, condições, locais e demais informações sobre a execução dos serviços estão definidos no Anexo I - Termo de Referência deste Edital.

13. DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento será efetuado nas seguintes condições:

13.1.1 Licenciamento, Implantação e Outras Despesas:

13.1.1.1. O valor total proposto para os itens do Licenciamento dos Módulos do Sistema, Gerenciamento do Projeto, Gestão da Mudança Organizacional, Modelagem de Processos, Implementação, Estabilização, Licenciamento dos Softwares Adicionais e Outras despesas será pago da seguinte forma:

- a) 0,5% (cinco décimos por cento) do valor proposto após a aprovação dos 3 (três) Seminários de Transferência de Conhecimento relativos às metodologias de gerenciamento do projeto, de modelagem de processos e de implantação da SOLUÇÃO;
- b) 0,7% (sete décimos por cento) do valor proposto após a aprovação do Plano de Implantação da SOLUÇÃO relativo ao serviço de Planejamento do Projeto;
- c) 0,4% (quatro décimos por cento) do valor proposto após a aprovação dos demais produtos relativos ao serviço de Planejamento do Projeto;
- d) 0,45% (quarenta e cinco décimos por cento) do valor proposto, por mês, após a aprovação do serviço de Acompanhamento da Execução do Projeto prestado no mês de referência. O pagamento está limitado à quantidade máxima de 27 meses;
- e) 0,2% (dois décimos por cento) do valor proposto, por mês, após a aprovação do serviço de Gestão da Mudança Organizacional prestado no mês de referência. O pagamento está limitado à quantidade máxima de 10 meses;
- f) 2% (dois por cento) do valor proposto após a aprovação do serviço de Modelagem de Processos;
- g) 0,85% (oitenta e cinco décimos por cento) do valor proposto, por mês, após a aprovação do serviço de Estabilização prestado no mês de referência. O pagamento está limitado à quantidade máxima de 15 meses;
- h) 12% (doze por cento) do valor proposto relativo a prestação do serviço de Implementação do módulo de Registro de Pessoal;
- i) 12% (doze por cento) do valor proposto relativo a prestação do serviço de Implementação do módulo de Folha de Pagamento;
- j) 9% (nove por cento) do valor proposto relativo a prestação do serviço de Implementação do módulo de Apuração de Frequência;
- k) 3,5% (três e meio por cento) do valor proposto relativo a prestação do serviço de Implementação dos 9 (nove) módulos restantes do SISTEMA, por módulo. Estes módulos são: Avaliação de Desempenho; Avaliação de Sentenças; Banco de Talentos; Concursos; Formação Institucional; Estagiários; Saúde Ocupacional; Atendimento ao Servidor e as Características Gerais;
- l) 5% (cinco por cento) do valor proposto após a aprovação da Implantação da SOLUÇÃO.

Resumo do item 13.1.1.1			
Serviço/Produto	% Unitário	Qtde	% total do serviço
a) Seminários da Metodologia	0,5%	1	0,5%

Resumo do item 13.1.1.1			
Serviço/Produto	% Unitário	Qtde	% total do serviço
b) Plano de Implantação da SOLUÇÃO	0,7%	1	0,7%
c) Planejamento (demais produtos)	0,4%	1	0,4%
d) Acompanhamento do Projeto	0,45%	27	12,15%
e) Gestão da Mudança Organizacional	0,2%	10	2%
f) Modelagem dos Processos	2%	1	2%
g) Estabilização	0,85%	15	12,75%
h) Implementação do Registro de Pessoal	12%	1	12%
i) Implementação da Folha de Pagamento	12%	1	12%
j) Implementação da Apuração de Freq.	9%	1	9%
k) Implementação dos demais módulos	3,5%	9	31,5%
l) Implantação da SOLUÇÃO	5%	1	5%
Total			100%

13.1.1.2. O valor referente à Implementação de cada módulo do SISTEMA, estabelecido no item 13.1.1.1., subitens “h” a “k”, será pago da seguinte forma:

- 20% (vinte por cento) do valor estabelecido para a Implementação do módulo após a aprovação do serviço de Análise de Requisitos do módulo;
- 25% (vinte e cinco por cento) do valor estabelecido para a Implementação do módulo após a aprovação do serviço de Adequação e Desenvolvimento do módulo;
- 10% (dez por cento) do valor estabelecido para a Implementação do módulo após a aprovação do serviço de Integração do módulo;
- 18% (dezoito por cento) do valor estabelecido para a Implementação do módulo após a aprovação do serviço de Carga de Dados do módulo;
- 3% (três por cento) do valor estabelecido para a Implementação do módulo após a aprovação do serviço de Instalação do módulo;
- 18% (dezoito por cento) do valor estabelecido para a Implementação do módulo após a aprovação do serviço de Teste e Homologação do módulo;
- 6% (seis por cento) do valor estabelecido para a Implementação do módulo após a aprovação do serviço de Implantação em Produção do módulo;

13.1.2. Suporte Técnico:

- 100% do valor mensal proposto para o serviço após a aprovação do serviço de Suporte Técnico prestado no mês de referência. O pagamento está limitado à quantidade máxima de 12 meses.

13.1.3. Manutenção Presencial:

- 100% do valor correspondente ao quantitativo de horas efetivamente utilizadas na execução dos serviços durante o mês de referência, após a aprovação do serviço de Manutenção Presencial prestado no respectivo mês. O pagamento está limitado à quantidade máxima de 6.000 horas e será executado por no máximo 2 profissionais alocados no TJMG.

13.1.4. Horas Técnicas:

- 100% do valor correspondente ao quantitativo de horas efetivamente utilizadas na execução dos serviços durante o mês de referência, após a aprovação do serviço de Horas Técnicas prestado no respectivo mês. O pagamento está limitado à quantidade máxima de 15.000 horas.

13.1.5. Treinamento:

- 100% do valor dos treinamentos ministrados durante o mês de referência, após a aprovação do serviço de Treinamento prestado no respectivo mês. O pagamento está limitado às quantidades definidas para o serviço, conforme especificado no Termo de Referência.

13.2 As condições de pagamento definidas no item 13.1 estão condicionadas ao cumprimento das metas estabelecidas no item Do Acordo de Nível de Serviços – SLA do Termo de Referência.

13.2.1. O não atendimento às metas estabelecidas implicará em ajustes no pagamento (glosas).

13.2.2. O valor a ser pago, considerando o ajuste, será calculado conforme apresentado a seguir:

$$\text{Valor Ajustado} = \text{Valor Previsto} \times \text{IAP do serviço}$$

Na qual: **Valor ajustado** = Valor a ser efetivamente pago em função do ajuste (glosa);

Valor Previsto = Valor previsto para pagamento, conforme item 13.1;

IAP do serviço = Índice de Ajuste no Pagamento calculado conforme estabelecido no item Do Acordo de Nível de Serviços – SLA do Termo de Referência.

13.3. A liberação dos pagamentos está vinculada à assinatura e publicação do contrato, à conclusão dos serviços e efetiva entrega dos produtos, à aprovação do serviço e ao ateste na Nota Fiscal.

13.4. A Contratada somente poderá emitir a Nota Fiscal referente ao serviço, etapa e/ou produto após a sua aprovação mediante Termo de Avaliação emitido pelo TRIBUNAL.

13.5. Deverá ser emitida uma Nota Fiscal para cada serviço ou etapa formalmente aprovados.

13.6. Para os serviços faturados mensalmente, a Contratada apresentará, para cada serviço, uma única Nota Fiscal mensal equivalente ao serviço executado no mês de referência.

13.7. A contratada apresentará a Nota Fiscal ao setor responsável, acompanhada dos originais das certidões negativas de débito junto ao INSS, FGTS e Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Receita Federal (válidas e regulares).

13.7.1. O Tribunal terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, após o recebimento da Nota Fiscal, para o ateste no verso e o seu envio para pagamento.

13.7.2. A Diretoria Executiva de Finanças e Execução Orçamentária (DIRFIN) terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para efetivação do pagamento, em depósito na conta bancária da contratada, após o recebimento da documentação supracitada.

13.7.3. Para fins de pagamento, a DIRFIN realizará consulta ao CAFIMP.

13.8. Não serão pagos os produtos e serviços fornecidos em desacordo com as especificações que integram este Edital e seus Anexos.

13.9. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizado.

13.10. O Tribunal se reserva o direito de descontar do pagamento da contratada os eventuais débitos, inclusive os relacionados com multas, danos e prejuízos contra terceiros.

13.11. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Tribunal, entre a última data prevista para pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos mediante solicitação da contratada, e calculados, “*pro rata tempore*”, por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual: **EM** = Encargos monetários;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = $i/365$ onde **i** = taxa percentual anual no valor de 6%

14. DA GARANTIA CONTRATUAL

14.1. CONTRATADA deverá entregar na **Diretoria Executiva de Finanças e Execução Orçamentária - DIRFIN**, situada à Rua Guajajaras, nº. 40, 17º andar, Belo Horizonte/MG, no prazo máximo de **20 (vinte) dias consecutivos** a contar da publicação do extrato do contrato, garantia de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, podendo escolher uma das modalidades abaixo:

- a) caução em dinheiro;
- b) título da dívida pública, considerado apenas o seu valor de mercado certificado por Bolsa de Valores;
- c) seguro garantia correspondente, no qual deverá constar cláusula de cancelamento do seguro somente com a anuência do TRIBUNAL. A apólice deverá prever cobertura quanto às multas de caráter punitivo aplicáveis no âmbito da execução contratual;
- d) carta de fiança bancária

14.2. Aditado o contrato ou prorrogado o prazo de sua vigência, a Contratada fica obrigada a substituir ou complementar a garantia prestada, observada a nova vigência contratual, no mesmo percentual e modalidades constantes do item 14.1.

15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta de dotação própria do TJMG, na classificação orçamentária 3.3.90.39.27 – Serviços de Informática.

16. DAS SANÇÕES APLICÁVEIS

16.1. Na forma prevista no art. 12 da Lei Estadual nº. 14.167, de 2002, c/c o art. 81 da Lei Federal nº. 8.666/93, garantida a ampla defesa, poderá ser aplicada sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, àquele licitante que:

- e) apresentar documentação falsa;

- f) deixar de apresentar documentação exigida para o certame;
 - g) convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o Contrato;
 - h) ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- f) não manter a proposta;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

16.1.1. Configurada quaisquer das hipóteses do item anterior, o licitante estará sujeito à multa de até 20% (vinte por cento) do valor da sua proposta originária.

16.1.2. O prazo do impedimento de licitar e contratar será de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.1.3. As sanções serão registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública do Estado de Minas Gerais – CAFIMP por período de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no instrumento contratual e das demais cominações legais.

16.2. O atraso ou inexecução total ou parcial no cumprimento do objeto, acarretará à contratada as sanções previstas na Minuta de Contrato, Anexo X deste instrumento convocatório.

17. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

17.1. Até às 17 horas do dia 30.10.2009, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão, mediante petição, dirigida à Gerência de Compra de Bens e Serviços - GECOMP, devendo protocolizá-la na Rua dos Timbiras nº. 1.802, Centro, Belo Horizonte/MG.

17.2. No prazo legal, a GECOMP decidirá sobre a impugnação.

17.3. Os pedidos de esclarecimentos, obedecido o prazo do item 17.1, deverão ser encaminhados à GECOMP/COALI pelo e-mail gecomp.coali@tjmg.jus.br ou pelo fax (31) 3224-2816. Quaisquer outras informações poderão ser obtidas através do telefone (31) 3249-8033 e 3249-8034.

17.4. A formulação da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará a plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

17.5. As respostas aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no endereço eletrônico www.tjmg.jus.br, por meio do link “Licitações”, para conhecimento dos interessados em participar do certame, cabendo a estes acessá-lo para obtenção das informações prestadas.

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. A apresentação de proposta obriga o licitante declarado vencedor ao cumprimento de todas as disposições contidas neste Edital.

18.2. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, no interesse da Administração:

- a) em qualquer fase da licitação, solicitar amostras e/ou promover diligência destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;
- b) solicitar aos setores competentes a elaboração de pareceres técnicos destinado a fundamentar as decisões;
- c) no julgamento das propostas e da habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e de sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, com validade e eficácia, e acessível a todos os interessados; e
- d) relevar omissões puramente formais observadas na documentação e na proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação.

18.3. Caso não seja possível decidir de imediato sobre a aceitabilidade da proposta ou dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá suspender o pregão e marcar nova data para sua continuidade, ficando intimados, no mesmo ato, os licitantes presentes.

18.4. Para fins de habilitação, é facultada ao Pregoeiro, a verificação das informações e o fornecimento de documentos que constem de sítios eletrônicos de órgãos e entidades das esferas municipal, estadual e federal, emissores de certidões, devendo tais documentos serem juntados ao processo.

18.5. A possibilidade de consulta prevista no item anterior não constitui direito do licitante, e a Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos no momento da diligência, hipótese em que, em face do não saneamento das falhas constatadas, o licitante será declarado inabilitado.

18.6. A presente licitação poderá ser revogada, por motivo de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, sem que caiba aos licitantes qualquer direito a reclamação ou indenização por esses fatos, de acordo com o art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93.

18.6.1. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito ao contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento contratual.

18.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do

vencimento.

18.8. Suspenso o expediente no TJMG nas datas previstas, estas ficam automaticamente prorrogadas para o mesmo horário do primeiro dia útil de expediente.

18.9. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

18.10. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

18.11. São partes integrantes e inseparáveis do presente Edital:

- [Anexo I](#) – Termo de Referência;
- [Anexo II](#) – Especificação Técnica/Funcional;
- [Anexo III](#) – Proposta Comercial;
- [Anexo IV](#) – Requisitos mínimos dos Atestados;
- [Anexo V](#) – Modelo de Termo de Confidencialidade;
- [Anexo VI](#) – Modelo de Credenciamento;
- [Anexo VII](#) – Modelo de Declaração de que preenche os Requisitos de Habilitação;
- [Anexo VIII](#) – Modelo de Declaração de que não emprega menor;
- [Anexo IX](#) – Modelo de Declaração de instalações, aparelhamento e pessoal técnico;
- [Anexo X](#) – Minuta do Contrato.

18.12. Cópia deste Edital, seus Anexos e informações sobre o andamento desta licitação estarão à disposição dos interessados no sítio www.tjmg.jus.br ou na Rua dos Timbiras nº. 1.802, Centro, Belo Horizonte/MG.

18.13. Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.

Belo Horizonte, 19 de outubro de 2009.

TJ 4060-0
Henrique Esteves Campolina Silva
Gerente de Compra de Bens e Serviços